

# Superior Tribunal de Justiça

## CARTA ROGATÓRIA Nº 14.805 - US (2019/0216232-1)

**RELATOR** : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ  
**JUSROGANTE** : UNITED STATES DISTRICT COURT FOR THE WESTERN DISTRICT OF THE PENNSYLVANIA  
**INTERES.** : BAYER S.A.  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - CURADOR ESPECIAL  
**PARTE** : NICOLE TROVY  
**A.CENTRAL** : MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

### DECISÃO

Trata-se de carta rogatória por meio da qual a Justiça norte-americana solicita a citação da parte interessada de ação civil (fls. 329-336).

A intimação prévia foi recebida por terceiro, conforme os documentos postais de fl. 695.

A Defensoria Pública da União, na qualidade de curadora especial, não se opôs à concessão do *exequatur* (fl. 701).

O Ministério Público Federal opinou pela concessão da ordem (fl. 704).

É o relatório. Decido.

A intimação prévia é procedimento preliminar da concessão do *exequatur*. Em seguida, os autos são remetidos ao juízo federal competente para o cumprimento da diligência objeto da rogatória, nos termos do art. 216-V do RISTJ. Assim, possibilitam-se novas oportunidades à parte interessada para, caso queira, manifestar seu inconformismo.

O objeto da presente carta rogatória não atenta contra a soberania nacional, a dignidade da pessoa humana e/ou a ordem pública, razão pela qual, com fundamento no art. 216-O, c/c o art. 216-P do RISTJ, **concedo o *exequatur***.

Assim, **remeta-se a comissão à Justiça Federal, à Seção Judiciária de São Paulo, para as providências cabíveis.**

**Cumpra-se a diligência em 60 dias.**

Após, devolvam-se os autos ao STJ para que sejam enviados ao país de origem por meio da autoridade central competente.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente

